

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE IBITINGA –
FAIBI**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Juliana Caetano Silva da Costa

Suelem Aparecida de Folco

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE IBITINGA**

IBITINGA/SP

2020

Juliana Caetano Silva da Costa

Suelem Aparecida de Folco

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE IBITINGA**

Monografia de Conclusão de Curso
apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ibitinga, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Maria Inês
Miqueleto

IBITINGA/SP

2020

Costa, Juliana Caetano Silva da.

C837e A evasão escola na educação de jovens e adultos em escolas
do município de Ibitinga / Juliana Caetano Silva da Costa, Suelem
Aparecida Folco – Ibitinga, 2020.
55 f. : il. col.

Orientadora: Maria Inês Miqueleto

Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura - Pedagogia)
– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga, 2020.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Evasão Escolar. 3.
Fracasso Escolar. I. Título.

CDD 371,28

Ficha catalográfica elaborada por Mayara Nunes

Bibliotecária - CRB-8/10461

Biblioteca Prof. Dr. Alberto Tosi Rodrigues da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga
Ibitinga/SP

Juliana Caetano Silva da Costa

Suelem Aparecida de Folco

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE IBITINGA**

Monografia de Conclusão de Curso
apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ibitinga, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em:___/___/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Maria Inês Miqueleto – Orientadora

Prof.^a Ma. Patricia G.B.Ferrari

Prof.^a Dra. Maristela Gallo Romanini

IBITINGA/SP

2020

Dedicamos a nossa família pelo infinito apoio e compreensão, pois sem a ajuda destes não alcançaríamos essa vitória.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que nos deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentados durante o curso, que nos socorreu espiritualmente, dando-nos serenidade e força para continuar.

À professora Maria Inês Miqueleto, nossa orientadora, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo seu incansável e permanente encorajamento, pela disponibilidade dispensada e sugestões que foram preciosas para a concretização desta monografia.

Compartilhamos com nossa família a realização deste trabalho, que é um dos momentos mais importante de nossas vidas.

A todos desta instituição FAIBI, que permitiram que chegássemos onde estamos, por nos proporcionarem o conhecimento de forma que pudéssemos crescer profissionalmente.

Agradecemos a todos os professores que nos incentivaram a continuar lutando com garra e coragem e ao desempenho dos mesmos durante o curso.

A todos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para realização desse sonho.

“Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou educadora. O nosso é um trabalho com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir.”

(Paulo Freire)

RESUMO

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) torna-se cada vez mais importante no cenário educacional, oportunizando educação aos que não puderam concluir seus estudos no período regular. Neste contexto está a grande problemática que envolve esta modalidade de ensino: a evasão escolar. Assim, o presente trabalho discute os movimentos de evasão dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos em escolas do município de Ibitinga/SP nos anos de 2017 a 2019. Objetivamos, com nossos estudos, pesquisar se o problema da evasão também atinge as escolas que oferecem essa modalidade de ensino em nosso município. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica fundamentando o tema e coleta de dados, obtendo assim os resultados apresentados na forma de tabelas para posterior análise. Percebe-se que, na cidade de Ibitinga, não só os índices de evasão são significativos, mas também os índices de reprovação, caracterizando assim, o fracasso escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão Escolar; Fracasso Escolar.

ABSTRACT

In Brazil, Youth and Adult Education (EJA) becomes more and more important and transforms its occupation space in the educational scenario, providing education to those who could not complete their studies in the regular period. Within this context, there is a major problem involving this teaching modality: school dropout. Thus, the present work discusses the evasion movements of students enrolled in Youth and Adult Education in schools in the city of Ibitinga / SP in the years 2017 to 2019. We aim with our study to investigate whether the evasion problem affects schools that offer this Modality in our municipality, for this it uses appropriate techniques of bibliographic research supporting the theme and data collection, thus obtaining the results generated in the form of tables for further analysis. It is noticed that in the city of Ibitinga, not only the dropout rates are proven, but also the failure rates, thus characterizing school failure.

Keywords: Youth and Adult Education; School Dropout and School Failure.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CBE: Congresso Brasileiro de Educação

CEAA: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEEJA: Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos

CNBB: Comunidade Nacional dos Bispos do Brasil

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNEA: Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER: Campanha Nacional de Educação Rural

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FNEP: Fundo Nacional do Ensino Primário

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INAF: Indicador de Alfabetismo Funcional

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA: Movimento de Alfabetização

ONG: Organização Não Governamental

PAS: Programa de Alfabetização Solidária

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PEP: Programa de Educação nas Prisões

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAP: Secretaria de Administração Penitenciária

TRI: Teoria de Resposta ao Item

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- EJA – 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental Escola A.....	41
TABELA 2- EJA – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental Escola A.....	42
TABELA 3- EJA – Ensino Médio Escola A.....	43
TABELA 4- EJA – Ensino Médio Escola B.....	43
TABELA 5- EJA – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental Escola C.....	44
TABELA 6- EJA – Ensino Médio Escola C.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15
1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	15
1.1.1 Da Colônia à República.....	15
1.1.2 Do Militarismo à Constituição Federal de 1988.....	19
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE	22
2.1 NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO.....	22
2.2 AS LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS ATUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	25
2.2.1 As Legislações atuais sobre a Educação de Jovens e Adultos.....	25
2.2.2 Idade exigida para frequentar a Educação de Jovens e Adultos	27
2.2.3 Sobre os Exames.....	27
2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	29
3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A QUESTÃO DA EVASÃO	31
3.1 O FENÔMENO “FRACASSO ESCOLAR”	31
3.2 EVASÃO ESCOLAR E FRACASSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	35
4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IBITINGA.....	39
4.1 BREVE CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IBITINGA	39
4.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE IBITINGA	40
4.3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS ...	41
4.3.1 Escola A	41
4.3.2 Escola B	43
4.3.3 Escola C	44
5 METODOLOGIA.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE – A	53

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um tema presente nos debates e reflexões sobre os problemas da educação brasileira e que ainda, infelizmente, atinge a maioria dos jovens que, por diversos fatores, abandonam os estudos.

Frente a essa realidade, existem vários dispositivos legais, a fim de garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola. Dentre eles estão a Constituição Federal brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, que preconizam a oportunidade de estudos àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudar na idade certa.

Apesar dos dispositivos legais para nortear a Educação de Jovens e Adultos, a evasão escolar desses alunos ainda é, sem dúvida, um grande desafio.

Diante disso, o tema deste trabalho é a evasão escolar nessa modalidade de ensino, especificamente no município de Ibitinga. A escolha deste tema justifica-se pela experiência vivenciada no 4º Semestre do Curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAIBI), na disciplina de estágio da Educação de Jovens e Adultos, em que foi possível perceber um número significativo de alunos ausentes.

A experiência acima nos levou aos questionamentos: como se deu o processo histórico da educação de jovens e adultos no Brasil? A evasão escolar que afeta todas as modalidades de ensino e, em especial, a Educação de Jovens e Adultos, atinge as escolas que oferecem essa modalidade no município de Ibitinga? Quais são os índices de evasão no município?

As perguntas direcionaram para o estabelecimento de um objetivo geral, aprofundar os conhecimentos sobre a modalidade Educação de Jovens e Adultos para reconhecer a realidade em um espaço específico, a cidade de Ibitinga.

Os objetivos específicos estabelecidos foram:

- Apresentar um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.
- Identificar as legislações que orientam a Educação de Jovens e Adultos na atualidade.

- Investigar a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos em escolas do município de Ibitinga nos anos de 2017, 2018 e 2019.

- Compreender o conceito de fracasso escolar.

Para atingir os objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados por meio de questionário.

A primeira parte do trabalho apresenta um breve estudo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como sua trajetória ao longo do tempo.

O segundo capítulo trata dos níveis de alfabetização e como são classificados esses níveis no Brasil. Além disso, para melhor compreensão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais existentes, a idade exigida para se frequentar e os exames referentes a essa modalidade de ensino. Para conhecer a EJA, a partir de uma realidade mais próxima, o referente capítulo apresenta como se organiza a modalidade nas escolas do Estado de São Paulo.

O terceiro capítulo traz uma breve retomada histórica sobre o fracasso escolar e, além dele, também aborda sobre a evasão na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

O quarto capítulo apresenta a pesquisa que foi realizada no município de Ibitinga com o objetivo de identificar escolas que trabalharam com Educação de Jovens e Adultos nos anos de 2017, 2018 e 2019. Traz uma breve contextualização da cidade, os dados recolhidos, a análise e discussão desses dados.

As considerações finais do trabalho apontam que, infelizmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre foi tratada pelas políticas públicas como movimentos e programas e não como educação que realmente possibilite a formação integral do indivíduo. Somente após a Constituição de 1988 é que legislações e orientações são direcionadas para a organização da Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, apesar das legislações e reformas educacionais implantadas ao longo da história e que tentam incluir as classes menos favorecidas na área educacional brasileira, o que se observa é que esses esforços não produziram mudanças significativas, uma vez que a evasão escolar, caracterizada como fracasso nessa modalidade de ensino, é uma realidade muito presente em nosso país.

O exposto acima se confirma com o resultado da pesquisa realizada n de Ibitinga, em que não só os índices de evasão são significativos como também os índices de reprovação, caracterizando assim o fracasso escolar.

1 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este capítulo apresenta um breve estudo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como sua trajetória ao longo do tempo.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica que tem por objetivo incluir, na escola, jovens e adultos que, por algum motivo, não tiveram oportunidade de acesso ou conclusão de seus estudos na idade apropriada.

Essa modalidade é um direito constitucional garantido pela Constituição Federal de 1988, que apresenta em seu artigo 208 parágrafo I: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1988, p. 207). Mais do que um direito, a EJA proporciona às pessoas condições para que participem plenamente da sociedade, oportunizando o exercício da cidadania.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Este subitem apresentará períodos referentes à história da educação brasileira, da colônia à república e do militarismo à Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos.

1.1.1 Da Colônia à República

A primeira iniciativa voltada para a educação de adultos, no Brasil, ocorreu com a chegada dos jesuítas, que buscavam catequizar inicialmente os índios e, posteriormente, os negros com os ideais da igreja católica. Entretanto perceberam que isso não seria possível sem que soubessem ler e escrever; assim, esses

educadores passaram a transmitir normas de comportamento e ensinar os ofícios necessários ao funcionamento da economia na colônia.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação, inclusive a destinada para os adultos, entra em declínio, pois fica sob responsabilidade do império, que a torna elitista, uma vez que favorecia somente uma parcela da sociedade e excluía os negros, os indígenas e as mulheres.

Será apresentada abaixo, a organização da educação brasileira após a expulsão dos jesuítas.

Em 1824, durante a constituição imperial, houve a tentativa de ressignificação e ampliação da educação com o objetivo de oportunizar o acesso à instrução primária a todos os cidadãos, no entanto, isso não saiu do papel. (HADDAD; PIERRO, 2000).

A partir de 1834, com o Ato Constitucional, a responsabilidade da instrução primária e secundária, destinada a todos, passa a ser responsabilidade das províncias, porém vale ressaltar que nesse período a educação de jovens e adultos era um ato de caridade das pessoas letradas às mentes ignorantes, ou seja, a alfabetização para essas pessoas deixa de ser um direito e passa a ser um ato solidário. (STRELHOW, 2010).

Entre o período de 1879 até final do século XIX, as pessoas analfabetas eram vistas como incompetentes e incapazes de pensar por si próprias, sendo excluídas do direito ao voto e vítimas de uma grande onda de preconceito. Essa situação se agravou ainda mais com a constituição republicana.

Sob estas discussões a constituição republicana foi construindo-se e em 1891, o que era ruim ficou ainda pior, o voto foi restrito à pessoas letradas e com posses, uma pequena minoria. Agora estava garantida na lei a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta. Ao invés de evoluir para uma democracia, reduzia-se a uma República dominada por poucos. (STRELHOW, 2010, p. 51-52).

Percebe-se que, desde o período colonial, a educação brasileira sempre esteve em segundo plano, inclusive a destinada aos adultos, o que gerou um alto índice de pessoas analfabetas.

No início do século XX, houve uma grande preocupação em erradicar o analfabetismo, pois acreditava-se que o mesmo era um dos principais fatores que impedia o desenvolvimento do país. (STRELHOW, 2010).

Foi a partir da década de 1930 que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a se desenvolver. Um advento importante para isso foi a constituição de 1934, que propôs um Plano Nacional de Educação em que a responsabilidade do ensino primário integral, gratuito e obrigatório passa a ser do estado, incluindo a oferta de educação aos adultos. (HADDAD; PIERRO, 2000).

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de adultos analfabetos. (LOPES; SOUSA, 2004 *apud* ZUCCO; GARCIA, 2013, p. 15).

A educação de adultos passou a ser vista como importante apenas a partir dos anos de 1940, quando campanhas e regulamentações passaram a dar atenção à EJA.

Em 1946, o Brasil passava por mudanças em seu projeto político e econômico, de um sistema agrícola rural para um modelo industrial, o que demandava maior número de mão de obra. Esse contexto fez com que, em 1947, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) organizasse a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com objetivos que influenciavam tanto o meio rural quanto o urbano, com a finalidade de atender o mercado de trabalho. Nesse mesmo ano, foi realizado o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Outra iniciativa de grande relevância foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que ocorreu entre 1952 a 1956 e tinha como finalidade a promoção do desenvolvimento das comunidades rurais brasileiras. (ZUCCO; GARCIA, 2013).

No ano de 1958, aconteceu o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Desde então, começaram as discussões de um novo método pedagógico com o

intuito de romper com preconceitos sobre os analfabetos. Na mesma época surge a pedagogia de um dos maiores nomes nesta área do país, Paulo Freire, que acreditava haver questões importantes que iam além do analfabetismo, ou seja, também deveriam ser discutidos e problematizados temas como a pobreza e a miséria em que se encontrava a população não alfabetizada. (STEPHANOU, 2005 *apud* STRELHOW, 2010).

Também, em 1958, surgiu uma nova campanha, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), a fim de responder às críticas realizadas no 2º Congresso a respeito de preconceitos em relação aos analfabetos. Tal campanha propunha projetos-pólos que visavam a atividades de acordo com a realidade de cada município, porém, pouco se diferenciava das campanhas precedentes.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, surgiram inúmeros movimentos sociais, tais como: Movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular do Recife, Centros Populares de Cultura e Campanha de Pé no Chão Também se Aprende, todos voltados para educação de adultos sob influência da pedagogia freiriana, movimentos estes que tinham o objetivo de reconhecer a pessoa analfabeta como capaz de construir conhecimentos. (STEPHANOU, 2005 *apud* STRELHOW, 2010).

A pedagogia desenvolvida por Paulo Freire¹ tinha como intuito a alfabetização para a libertação, não só no campo cognitivo, mas também no campo social e político. Tal pedagogia se expandiu e passou a fazer parte da prática de educadores de várias partes do país.

Parece que muitos desses acontecimentos que ocorreram entre 1930 a 1960 impactaram de alguma forma a EJA, sendo fundamentais para que essa modalidade de ensino recebesse mais atenção dos políticos.

¹ Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19 de setembro de 1921 — São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica.

1.1.2 Do Militarismo à Constituição Federal de 1988

Com o golpe militar de 1964, muitos dos avanços que ocorreram na área da educação de adultos, até o momento, foram interrompidos, inclusive a pedagogia freiriana. A educação, a partir do golpe, passa a ser utilizada como instrumento de controle social. (STRELHOW, 2010).

Em 1967, no regime militar, foi criado o programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que se resumia, estritamente, em ensinar e aprender a ler e escrever, sem contextualização do signo. Outro aspecto importante, decorrente da criação do Mobral, é a ideia de que não é preciso compreender nenhum método pedagógico para alfabetizar um adulto, porém, com a chegada da nova constituição, ocorre a extinção do Mobral. (STRELHOW, 2010).

Em 1985, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi substituído pela criação da Fundação Educar que, por conseguinte, foi extinta no governo de Collor, que não implantou nenhum outro projeto em substituição. Nesse momento, o governo federal começou a se ausentar dos projetos de alfabetização e, assim, os municípios passaram a assumir a função da educação de jovens e adultos. Ao mesmo tempo, foram realizadas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação. (STRELHOW, 2010).

Diante da nova realidade democrática, surgem novas oportunidades aos cidadãos que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada. A Constituição de 1988 apresentou mudanças significativas no âmbito educacional garantindo direitos aos cidadãos analfabetos.

O avanço trazido por meio da Constituição Federal de 1988 para a Educação de Jovens e Adultos foi reforçado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996, que indicava que o Plano Nacional de Educação deveria estar em consonância com a Declaração Mundial de Educação para todos. Assim, com base na LDB, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se tornou uma modalidade de ensino e a Resolução CNB/CEB N° 1, de 5 de julho de 2000,

determinou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Ainda segundo Strelhow (2010), na década de 1990, surgiram vários movimentos na área da educação, entre eles destacou-se o Movimento de Alfabetização (MOVA), que trabalhava a alfabetização a partir da realidade sócio - econômica das pessoas.

Somente em 1996 o governo federal voltou a desenvolver um novo programa denominado Programa de Alfabetização Solidária (PAS), que foi extremamente criticado por ser semelhante aos das décadas de 1940 e 1950.

Em 1998, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tinha como finalidade dar atendimento aos assentados. O programa estava vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a universidades e a movimentos sociais.

Em 2003, a erradicação do analfabetismo passou a ser prioridade do governo federal com o lançamento do Programa Brasil Alfabetizado que, a princípio, teve caráter de uma campanha de cunho voluntário. Pretendia erradicar o analfabetismo em quatro anos e atuou sobre 20 milhões de pessoas. (LOPES; SOUSA, 2004 *apud* ZUCCO; GARCIA, 2013).

Mesmo diante de tantos programas pensados para a erradicação do analfabetismo no Brasil, chegamos ao século XXI com um grande índice de pessoas sem domínio algum sobre a leitura, escrita e as operações básicas, sendo:

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo alfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da linguagem e da escrita. (STEPHANOU, 2005 *apud* STRELHLOW, 2010, p. 56).

Infelizmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre foi tratada pelas políticas públicas como movimentos e programas e não como educação que realmente possibilitasse a formação integral do indivíduo.

Após o histórico apresentado é possível compreender que, se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) for realmente priorizada como educação, deixando de ser vista como uma condição de política pública compensatória, que acontece por meio de campanhas e programas de caráter emergenciais, será considerada então como uma real necessidade educacional para aqueles que querem uma nova oportunidade no âmbito do ensino.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE

O segundo capítulo apresenta os níveis de alfabetização que possibilitam o conhecimento em alfabetização de jovens e adultos.

Além disso, para melhor compreensão da EJA, aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais existentes para a Educação de Jovens e Adultos, a idade exigida para se frequentar e os exames referentes a essa modalidade de ensino.

Para conhecer a EJA, a partir de uma realidade próxima, tal capítulo apresenta III como se organiza essa modalidade nas escolas do Estado de São Paulo.

2.1 NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO

Segundo o Instituto Paulo Montenegro, os níveis de alfabetização são mensurados por meio do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Esse indicador surge de pesquisa realizada entre o instituto e a ONG Ação Educativa e conta com o apoio do “IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) Inteligência”.

O objetivo da pesquisa consiste em mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos. Engloba moradores de todas as regiões do Brasil, residentes tanto em zona rural quanto urbana, estudantes ou não. A pesquisa utiliza como metodologias entrevistas domiciliares, aplicação de questionários e testes práticos que avaliam as habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

Segundo o INAF:

Alfabetismo é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor. Dentro desse campo, distinguem-se dois domínios: o das capacidades de processamento de informações verbais, que envolvem

uma série de conexões lógicas e narrativas, denominada pelo Inaf como letramento, e as capacidades de processamento de informações quantitativas, que envolvem noções e operações matemáticas, chamada numeramento. (INAF, 2018, p. 04).

O INAF tem como objetivo principal fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento do desempenho das mesmas. Tudo isso, por meio da oferta de informações qualificadas sobre as habilidades e práticas mensuradas. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

Ainda, conforme o Instituto Paulo Montenegro, é classificada analfabeta funcional a pessoa que não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas que encontram em seu cotidiano e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional, mesmo que saibam ler e escrever algo simples. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

O Instituto aponta que, entre 2001 e 2005, foram divulgadas, anualmente, as habilidades pesquisadas. Em 2001, 2003 e 2005 foram medidas as habilidades de leitura e escrita (letramento) e, em 2002 e 2004, as habilidades matemáticas (numeramento).

Em 2006, o indicador passou por mudanças metodológicas, incorporando a TRI (Teoria de Resposta ao Item) como metodologia estatística, em que cada questão do teste tem seu grau de dificuldade definido, a priori, e a pontuação (proficiência ou score) de cada indivíduo respondente varia de acordo com o grau de dificuldade das questões que foi capaz de responder corretamente.

A partir da edição de 2007, o INAF passou a medir simultaneamente as habilidades de letramento e numeramento. Seguiram-se as de 2009, 2011 e 2015, perfazendo nove edições do indicador ao longo de 15 anos. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

O Instituto Paulo Montenegro nos demonstra que, de acordo com o grau de domínio das habilidades de leitura, escrita e matemática, demonstrado pelos participantes do estudo, identifica-se dois grupos denominados Analfabetos Funcionais e Funcionalmente Alfabetizados. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

Em 2015, a escala de interpretação de resultados do Inaf foi reestruturada com o objetivo de melhor dimensionar os resultados. Os quatro níveis de Alfabetismo originalmente definidos foram reorganizados em cinco. Ficaram inalterados os níveis Analfabeto e Rudimentar, que juntos definem o Analfabetismo Funcional. Já os níveis Básico e Pleno, que compunham o grupo dos Funcionalmente Alfabetizados, foram reorganizados em três: Elementar, Intermediário e Proficiente. Esse novo agrupamento permitiu melhor discriminar a população com maior domínio das habilidades de Alfabetismo, bem como melhor descrever as práticas que compõem esses grupos com base na revisão da escala de proficiência e análise dos itens que integram o banco do Inaf. A nova escala atende também a uma crescente demanda por uma análise mais detalhada do processo contínuo de aquisição e domínio das habilidades de letramento e numeramento. (INAF, 2018, p. 05-06).

O grupo dos Analfabetos Funcionais é dividido em dois níveis, o Analfabeto e o Rudimentar. O primeiro corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.). Já o Rudimentar corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares, ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

O grupo dos Funcionalmente Alfabetizados é classificado em três níveis: o elementar, intermediário e proficientes.

No nível elementar, as pessoas são consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações, mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências. Resolvem problemas envolvendo operações na ordem dos milhares, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e compreendem gráficos ou tabelas simples, em contextos usuais. Mostram, no entanto, limitações quanto às operações requeridas envolvendo maior número de elementos, etapas ou relações (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

No nível intermediário, as pessoas são capazes de localizar informações em diversos tipos de texto, resolver problemas envolvendo porcentagem ou proporções ou que requerem critérios de seleção de informações, elaboração e controle de etapas sucessivas para sua solução. Também interpretam e elaboram sínteses de textos diversos e reconhecem figuras de linguagem; no entanto, têm dificuldades

para perceber e opinar sobre o posicionamento do autor de um texto. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

E finalmente, no nível dos proficientes, em que as pessoas são classificadas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos de maior complexidade, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações e distinguem fato de opinião. Quanto à matemática, interpretam tabelas e gráficos com mais de duas variáveis, compreendendo elementos como escala, tendências e projeções. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2020).

O fato, de no Brasil, haver metodologias para avaliar o grau de alfabetização e instituições voltadas para a geração de índices pode ser um facilitador tanto para as escolas que trabalham com a modalidade EJA, como para os professores terem parâmetros para o trabalho pedagógico.

2.2 AS LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS ATUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Este subitem abordará os documentos legais existentes para a Educação de Jovens e Adultos, a idade exigida para se frequentar e os exames referentes a essa modalidade de ensino.

2.2.1 As Legislações atuais sobre a Educação de Jovens e Adultos

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), o processo de reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como uma modalidade de ensino, iniciou-se após a Constituição Federal do Brasil de 1988, onde no Artigo 208 assegura a oferta da educação gratuita para todos, inclusive para os que não tiveram acesso em idade própria. Também é um embasamento legal a LDB de 1996.

Conforme previsto no artigo 37 da LDB de 1996:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º - A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996).

A LDB, por meio do artigo acima, determina que a EJA é um direito para o acesso ou continuidade de estudos referentes à Educação Básica, deve-se respeitar o contexto de vida do aluno, há a necessidade de estimular o acesso, mas também a permanência do alunado, bem como articular a modalidade à educação profissional.

Em pesquisa realizada no Portal do MEC, sobre as legislações que regulam a Educação de Jovens e Adultos, foi possível fazer o levantamento que se apresenta abaixo.

- Parecer CNE/CEB nº 11/2000 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Resolução CNE/CEB nº 1 de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB nº 36/2004 - Aprecia a Indicação CNE/CEB 3/2004, que propõe a reformulação da Resolução CNE/CEB 1/2000, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB nº 20/2005 - Inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 4 de 2005 - Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.
- Parecer CNE/CEB nº 29/2006 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 36/2004, que aprecia a Indicação CNE/CEB nº 3/2004, propondo a reformulação da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB nº 23/2008 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

- Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
- Resolução CNE/CEB nº 3 de 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação à Distância. (BRASIL, 2018).

Analisando as legislações acima, pode-se perceber que, atualmente, há preocupação em estabelecer uma organização para a modalidade Educação de Jovens e Adultos, principalmente referentes às regulamentações quanto à duração, idade e exames possíveis para a modalidade. E que a EJA está intrínseca às orientações para a educação básica.

2.2.2 Idade exigida para frequentar a Educação de Jovens e Adultos

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o Parecer 06/2010, em seu Artigo 5º, se reporta à idade mínima de quinze anos completos para frequentar a EJA, bem como para a realização dos exames de conclusão. (BRASIL, 2010).

Na verdade, cogitou-se a possibilidade de aumentar para dezoito anos tanto para ingresso como para a realização dos exames de conclusão do Ensino Fundamental. Entretanto não foi consolidada a alteração da idade mínima para a matrícula nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), permanecendo quinze anos como idade mínima para o Ensino Fundamental e dezoito anos para o Ensino Médio.

2.2.3 Sobre os Exames

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), para fins de diagnóstico da Educação Básica Brasileira, bem como para certificar os saberes adquiridos em

ambientes escolares ou não escolares, é aplicado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, o ENCCEJA.

Seu principal objetivo é construir uma referência nacional na educação de jovens e adultos, para avaliar habilidades, saberes e competências adquiridas nos processos formativos ou escolares no trabalho, no convívio social, nas manifestações culturais entre outros aspectos. (BRASIL, 2020).

A participação no ENCCEJA é voluntária e gratuita, destinada aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada.

No Brasil e no exterior, o ENCCEJA pode ser realizado para pleitear certificação do nível de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para certificação do ensino fundamental é preciso ter, no mínimo, 15 anos completos na data de realização do exame e para o Ensino Médio a idade mínima de 18 anos completos no dia de aplicação da prova. (BRASIL, 2020).

De acordo com o Ministério da Educação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos constitui-se de provas estruturadas da seguinte forma:

Para o ensino fundamental: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Matemática; História e Geografia; Ciências Naturais. Para o ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias. (BRASIL, 2020, s/p).

As áreas do conhecimento, avaliadas pelas provas ENCCEJA seguem as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017) e também dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's – 1997/1998). A prova tem como modelo o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os jovens e adultos que desejam concluir o Ensino Fundamental e Médio, para continuar seus estudos no nível técnico ou superior, podem ter acesso a essas etapas de escolaridade por meio de vários cursos e avaliações que são oferecidos em diversas unidades de ensino da rede pública do Estado de São Paulo.

A matrícula, nos módulos do Ensino Fundamental, pode ser feita por alunos a partir de 15 anos de idade. Para as aulas do Ensino Médio é necessário ter idade mínima de 18 anos. (SÃO PAULO, 2020).

Entre os exames e cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, voltados para educação de jovens e adultos, estão: o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências para Jovens e Adultos), a EJA (Educação para Jovens e Adultos), o CEEJA (Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos), além do PEP (Programa de Educação nas Prisões), que conta com o apoio da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) e EJA (Educação para Jovens e Adultos) à distância. (SÃO PAULO, 2020).

O ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências para Jovens e Adultos) é oferecido para jovens e adultos a partir de 15 anos. É exclusivamente voltado para a conclusão do Ensino Fundamental. A avaliação é aplicada anualmente pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Os alunos, que não atingirem o desempenho esperado para obter o certificado, podem solicitar o atestado parcial de conclusão nas áreas de conhecimento nas quais atingiram a nota necessária. A partir disso, o candidato pode prestar novamente o exame ou concluir as demais disciplinas por meio da EJA, ou em um CEEJA. (SÃO PAULO, 2020).

A modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos - permite a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. A duração do curso é de seis meses, que equivalem aos anos e séries do ensino regular. O curso conta com quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira.

Já no curso CEEJA (Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos), a carga horária é mais flexível e é oferecido aos alunos com mais de 18 anos que

querem voltar à sala de aula. O aluno, ao se matricular, recebe o material de ensino e é orientado a criar um plano de estudos. Sempre que precisar de orientação, pode recorrer ao centro para tirar dúvidas presenciais com professores. (SÃO PAULO, 2020).

O PEP, (Programa de Educação nas Prisões), atende Jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no sistema prisional. Para que isso aconteça, a rede pública do Estado de São Paulo disponibiliza professores da rede estadual paulista para atuarem no Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA, em classes escolares vinculadas a escolas estaduais que são mantidas em funcionamento nos estabelecimentos penais. (SÃO PAULO, 2020).

O Estado de São Paulo também oferece, por meio do Centro Paula Souza, a Educação de Jovens e Adultos, na modalidade à distância, para pessoas interessadas em concluir os seus estudos no Ensino Médio. Tem duração de três semestres e o aluno elabora sua própria rotina de estudo pela internet de modo autoinstrucional. Somente os exames para aprovação de módulo são presenciais e ocorrem duas vezes por semestre. (SÃO PAULO, 2020).

Ao final do capítulo é possível apresentar algumas considerações a respeito da Educação de Jovens e Adultos na atualidade.

No Brasil, o INAF é um importante indicador no sentido de demonstrar a possibilidade de caracterizar os níveis de alfabetismo no país por meio de pesquisas.

Percebe-se que, após a Constituição de 1988, legislações e orientações são direcionadas para a organização da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo em relação à idade exigida para frequentar a modalidade e como realizar exames para avançar na escolaridade.

O Estado de São Paulo, no que diz respeito à modalidade EJA, tem adequado a política para a educação de jovens e adultos a partir das orientações do Ministério da Educação.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A QUESTÃO DA EVASÃO

O terceiro capítulo apresenta a compreensão do conceito de fracasso escolar e aborda a evasão dos alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos como fator para o fracasso da educação.

3.1 O FENÔMENO “FRACASSO ESCOLAR”

O fenômeno fracasso escolar não é atual, mas algo que está presente há décadas em nossa sociedade.

No dicionário Aurélio (1998), o sentido da palavra fracasso é definida como desgrça, desastre, ruína, perda, mau êxito ou malogro. Assim, o fracasso escolar, na compreensão de muitos, seria o mau êxito na escola caracterizado tanto pela reprovação quanto pela evasão escolar. E, além disso, poderia representar um grande obstáculo para o aluno que não conseguisse se apropriar do aprendizado.

No Brasil, o conceito de fracasso escolar começou a ser discutido nas últimas décadas do século XX, quando se ampliou o acesso da população à escola, com a utopia de que a escolarização oportunizaria uma sociedade mais igualitária. (PATTO,1999).

A escola inicialmente imposta como instrumento de unificação nacional passa a ser desejada pelas classes trabalhadoras quando de alguma forma se apercebem da desigualdade embutida na nova ordem e tentam escapar, pelos caminhos socialmente aceitos, da miséria de sua condição. A escolarização é uma das formas que estas tentativas assumem, quer como luta individual (familiar) da maioria, quer como luta coletiva (através das organizações de trabalhadores) de uma minoria que consegue levar a compreensão da realidade social até o limite histórico de sua possibilidade. (PATTO, 1999, p. 49).

Infelizmente, junto com a ampliação do acesso à educação vieram os altos índices de reprovação e abandono. Esta realidade foi explicada a partir de teorias embasadas em preconceitos e estereótipos, na maioria das vezes, relacionadas à pobreza, o que causava uma naturalização do baixo desempenho escolar,

principalmente no que se referia às classes menos favorecidas da sociedade (PATTO, 1999).

Segundo Jesus:

Ao realizar uma pesquisa sobre as origens históricas do fracasso escolar, Patto (1999) indica como as explicações para o fracasso escolar estavam diretamente ligadas ao modo capitalista de compreender a realidade, e como esse discurso preservava a situação de dominação sofrida pelas famílias mais pobres. Esclarece sobre as questões políticas que envolvem a abordagem dos problemas escolares, onde fica evidente o interesse e a manipulação das classes dominantes. (JESUS, s/d).

A partir de Patto (1999), Jesus (s/d) aponta que o fracasso escolar, vivenciado pelas classes populares, foi explicado a partir das Teorias Racistas e da Carência Cultural.

Machado (1997) apresenta o que as teorias racistas defendiam:

A ideia da necessidade de uma hierarquia social pela seleção dos mais aptos, justificada pelos princípios evolucionistas de Darwin. Essas teorias tiveram grande domínio nas práticas de nosso país. Convém lembrar que os índios eram tratados como um povo cujo a “língua não tem F, nem I, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente. (MACHADO, 1997, pag. 74).

Essas teorias racistas eram criticadas por muitos da sociedade, pelo fato de apontarem que o fracasso acontecia devido aos dons e talentos das pessoas serem distribuídos desigualmente. Segundo o autor acima:

Imbuída do espírito liberal, essa concepção caracterizou o movimento denominado *Escola Nova* (final do século XIX), no qual a escola poderia tornar a sociedade mais democrática. Dever-se-ia identificar os indivíduos conforme sua aptidão e potencialidade, oferecendo-lhes ensinamentos diferenciados. Essa concepção foi o terreno fértil para o desenvolvimento dos testes psicológicos, que seriam instrumentos capazes de medir as “diferenças de aptidões” e o “talento individual”- fatores responsáveis, nesse pensamento, pela desigualdade social. (MACHADO, 1997, p. 74).

No que se refere à Teoria da Carência Cultural, o fracasso escolar é visto como resultado da carência do meio sociocultural de crianças de classes menos

favorecidas, essa teoria exerce grande influência nas instituições escolares e na sociedade de maneira geral.

Embora se falasse em diferenças individuais, grupos inteiros mantinham-se à margem. Começou a se formalizar a *teoria da carência cultural*, na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 60, nos EUA. Para essa teoria, “a pobreza nas classes populares”, “os problemas emocionais”, “a família destruturada”, “a falta de interesse dos pais” pela escolarização dos filhos, “os alunos desinteressados”, “desnutridos”, “pouco estimulados”, e com “linguagem pobre” eram as justificativas predominantes para o fracasso escolar. (MACHADO, 1997, pag. 75).

Diante do exposto, até os anos de 1970, as explicações para o fracasso escolar estavam voltadas para as características biológicas, psicológicas e sociais dos alunos, em função de negar explicações atribuídas a aspectos estruturais e funcionais do sistema de ensino como responsáveis por esse fracasso. (PATTO, 1999).

A crença no despreparo das crianças advindas de famílias pobres diante da aprendizagem era tão forte, que não era afetada nem mesmo quando fatos graves sobre a situação do sistema educacional vivido no momento eram evidenciados por meio de estudos realizados. (PATTO, 1999).

Considerando o país como um todo, 30% do professorado têm apenas 3 ou 4 anos de escolaridade. Nunca frequentaram um curso de formação de professores, nunca receberam treinamento profissional [...]. No momento, em alguns Estados do Brasil, 86% das professoras das escolas de classe única são leigas. Estas professoras são praticamente obrigadas a deixar grande quantidade de crianças para trás, uma vez que trabalham de forma relativamente intuitiva, sem ter recebido o treinamento necessário para saber o que está acontecendo com a criança naquele preciso momento da aprendizagem enquanto elas lhes transmitem o que mandam as cartilhas. (PATTO, 1999 pag. 146).

Após anos tentando buscar explicações para as causas das dificuldades de aprendizagem escolar que se caracterizavam como fracasso, o ano de 1977 foi considerado um dos mais importantes no que diz respeito à mudança de enfoque.

Pesquisas buscavam investigar o sistema escolar para compreender o fenômeno que se caracterizou como pesquisas aos fatores intra-escolares. No entanto, não se considerou o contexto social e político do momento.

Podemos analisar que, no processo de pesquisas para a explicação do fracasso escolar, até os anos 1990, há avanços e retrocessos.

É importante notar que se nos anos de predomínio da teoria da deficiência cultural os aspectos intra-escolares receberam pouca atenção, se na vigência da teoria da diferença cultural a responsabilidade da escola pelo fracasso ficou limitada à sua inadequação à clientela, à medida que as pesquisas vão desvendando mais criticamente aspectos da estrutura e funcionamento do sistema escolar, ao invés de atribuir à clientela as causas do fracasso escolar ter sido superada, ela foi apenas acrescida de considerações sobre a má qualidade do ensino que se oferece a essas crianças. Neste sentido, a pesquisa no início dos anos 80 sobre o fracasso escolar repete, com algumas exceções, o discurso fraturado que predominou no período em que vigoraram as idéias escolanovistas, quando não repetem a tentativa de colagem deste discurso afirmando que a escola que aí está é inadequada à clientela carente. (PATTO, 1999, p.154).

De acordo com Patto (1999), é possível perceber que o fracasso escolar sobrevive ao longo da história da escola pública brasileira e parece resistir às ações desenvolvidas na tentativa de sua superação.

Apesar da extensão da escola às massas populares desfavorecidas, essa escola não sofreu mudanças significativas em suas atribuições na reprodução das desigualdades sociais. No passado, a exclusão atingia os que não ingressavam na escola; hoje, atinge os que nela chegam, operando, portanto, de forma menos transparente. Vejam-se os altos índices de evasão nos primeiros anos do ensino. A extensão de oportunidades escolares e a transformação do sistema formal do ensino não produziram, de fato, conseqüências mais significativas na situação de classe da grande maioria de habitantes. (PATTO, 1999, p. 153).

Apesar das legislações e reformas educacionais implantadas, ao longo da história e que tentam incluir as classes menos favorecidas na área educacional brasileira, observa-se que estes esforços não produziram mudanças significativas e concretas para o alcance de todos a uma escola de qualidade.

3.2 EVASÃO ESCOLAR E FRACASSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A partir da compreensão do fracasso escolar, estudado na educação brasileira nas duas últimas décadas do século XX, vamos analisar o fenômeno na Educação de Jovens e Adultos.

A questão da evasão escolar é um problema que cresce cada vez mais em nosso país nos dias atuais, está presente em todos os níveis de ensino, o que inclui a Educação de Jovens e Adultos. Embora, nas últimas décadas, o Brasil tenha buscado melhoria da educação, principalmente no que se refere a essa modalidade, ainda há muito o que ser feito. (SILVA, 2014).

A evasão escolar entende-se, quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo, ou seja, a evasão escolar ocorre quando o aluno deixa a escola e não mais retorna muitas vezes esse abandono se dá pelo simples fato de que a escola já não oferece algo atrativo ou interessante que faça com que o aluno continue frequentar a escola. (AMARAL; COSTA s/d, *apud* SILVA, 2014, p. 37).

Os altos índices de evasão escolar, na Educação de Jovens e Adultos em nosso país, tem se configurado como fracasso escolar. Há décadas esse fato vem sendo estudado e, embora tenham surgido diversos programas com a finalidade de diminuir esses índices, houve pouco sucesso. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, já na década de 30 registravam-se altos índices de evasão escolar nas séries iniciais do 1º grau, e baixíssimos índices de conclusão do então denominado, ensino primário. O crescimento quantitativo da Rede Pública, ainda que lento, veio acompanhado de um elevado número de excluídos, quer seja pela falta de acesso ao ensino público, quer seja pela evasão escolar. (...) A reprovação e a evasão na escola pública de primeiro grau continuam a assumir proporções inaceitáveis em plena década de oitenta. Ao longo dos sessenta anos que nos separam do início da instalação de uma política educacional no país, sucessivos levantamentos revelam uma cronificação deste estado de coisas praticamente imune as tentativas de revertê-lo.” (PATTO, 1991 *apud* ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016, pg. 05).

Podemos perceber que a evasão escolar não é um problema da contemporaneidade, mas sim uma preocupação que vem de décadas. Apesar do surgimento de políticas de acesso, permanência e gestão com qualidade social na educação básica para amenizar a evasão escolar, essas ações ainda não foram suficientes para acabar com o fracasso escolar. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2016).

Os estudos sobre a evasão escolar, na Educação de Jovens e Adultos, apontam que as causas dessa evasão são diversas, considerando os fatores internos e externos à escola, podendo se caracterizar como causas sociais, políticas, culturais, econômicas e pedagógicas. (FREIRE, 2014).

[...] quando o jovem e adulto abandonam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles. (OLIVEIRA; EITERER, 2008 apud FREIRE, 2014, p.19).

Dentre as diversas razões que influenciam a evasão escolar, cabe às escolas atentarem-se para aspectos intraescolares, pois podem agir sobre os problemas. A escola tem expressiva influência no fenômeno, o que exige que a mesma se posicione de forma mais ativa na busca de reduzir a evasão na Educação de Jovens e Adultos. (SIMÕES, 2017).

É de suma importância que as práticas curriculares sejam adequadas aos perfis e necessidades dos educandos da Educação de Jovens e Adultos, estabelecendo relações com a vida dos alunos dessa modalidade de ensino. (OLIVEIRA, 2009 apud SIMÕES, 2017).

A Educação de Jovens e Adultos é constituída por pessoas que possuem características específicas. Na maioria das vezes são trabalhadores, pobres, subempregados, oprimidos, excluídos, sujeitos que possuem características e necessidades de formação diferentes dos alunos do ensino regular. Assim, a escola precisa considerar o perfil desses alunos buscando atender as suas diversidades. A falta de atenção a tais especificidades gera fracassos que acabam por desestimular os sujeitos, levando à sua não permanência na escola. (SIMÕES, 2017).

Além disso, esses alunos da Educação de Jovens e Adultos possuem saberes, crenças, visão de mundo que são adquiridos em suas vivências ao longo da vida, que são características que precisam também ser consideradas. (FREIRE, 2014).

As experiências vivenciadas na família, na comunidade, na participação social e no trabalho conferem ao ser humano saberes fundamentais que influenciam seu meio, sua cultura e permitem a construção de biografias únicas, ricas, complexas e completas. O reconhecimento da singularidade e do potencial transformador dos conhecimentos construídos nas trajetórias não escolares é ponto de partida para a construção de novos saberes potencialmente transformadores da escola e dos conhecimentos por ela produzidos. (FUNDAÇÃO VALE, 2014 *apud* SILVA, 2017, p.15).

É importante ter em mente as características dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, principalmente quando se trata da elaboração da proposta pedagógica. Os alunos precisam, constantemente, ser estimulados por meio de atividades significativas e interessantes e que os conhecimentos adquiridos extrapolem os muros da escola. (FREIRE, 2014).

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem e presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno. (VILAS BOAS 2008, *apud* LAIBIDA; PRYJMA, 2013, p. 6).

Se a instituição escolar não consegue atender às reais necessidades da população a que ela se destina, pode ocorrer a evasão e, como consequência, o fracasso escolar. Este não deve ser considerado como culpa do aluno. Daí a importância de as instituições de ensino terem uma proposta pedagógica bem elaborada, para que as práticas de sala de aula tornem-se cada vez mais significativas aos alunos.

Terminamos o capítulo com a compreensão de que o fracasso escolar também está ligado à evasão dos alunos, sejam dos de ensino regular ou de EJA. A

Educação de Jovens e Adultos requer do educador um olhar consciente sobre a realidade de seus alunos, empatia, criticidade, planejamento, competência técnica, pois talvez essa reinserção na escola, por meio dessa modalidade, seja a melhor possibilidade de resgate da cidadania desses sujeitos.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IBITINGA

O quarto capítulo apresenta a pesquisa que foi realizada no município de Ibitinga com o objetivo de identificar escolas que trabalharam com Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos de 2017, 2018 e 2019. O capítulo também traz uma breve contextualização da cidade, os dados recolhidos, a análise e discussão dos mesmos.

4.1 BREVE CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IBITINGA

Ibitinga é um município brasileiro localizado no centro geográfico do Estado de São Paulo a 360 quilômetros da capital, no Vale do Médio Tietê.

Foi fundada em 4 de julho de 1866, possui uma área de 688.676 quilômetros quadrados. A origem do nome Ibitinga é tupi-guarani: "ibi" - terra e "tinga" - branca. (São Paulo, 2008).

A cidade, em 1987, tornou-se Área de Proteção Ambiental devido aos inúmeros recursos naturais e, em 1992, foi classificada como Estância Turística, conforme a Lei nº 8.199. (São Paulo, 2008).

De acordo com o último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tem 53.178 habitantes, com uma população estimada para 2019 de 60.033 de habitantes. (IBGE, 2010).

A cidade é conhecida como Capital Nacional do Bordado, por ter esse produto como base da economia municipal. Possui muitas indústrias voltadas à produção têxtil. O turismo também é uma de suas principais fontes de renda, juntamente com as exportações de bordados e a agropecuária, onde se destacam as culturas de laranja e da cana-de-açúcar. (São Paulo, 2008).

Em relação à educação, o município de Ibitinga possui um total de trinta instituições de Ensino Público. Oito são Escolas Estaduais que atendem o Ensino Fundamental e Médio e vinte e duas Escolas Municipais que atendem Educação

Infantil (Creches e Pré-escolas) e Ensino Fundamental. Duas das escolas municipais pertencem ao Distrito de Cambaratiba. (São Paulo, 2020).

4.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE IBITINGA

A EJA, enquanto modalidade educacional no município de Ibitinga, atende educandos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os ensinos de nível Fundamental ou Médio na idade adequada. Portanto, oferece uma nova oportunidade de retomarem às escolas e concluírem a escolaridade em um menor período de tempo.

Os cursos do Ensino Fundamental são oferecidos para alunos a partir de quinze anos e para o Ensino Médio a partir de dezoito anos. Os módulos são de seis meses cada um, o que equivale aos anos e séries do ensino regular, funciona nas escolas de Ibitinga no período noturno de segunda a sexta-feira.

Das trinta escolas públicas de Ibitinga, citadas anteriormente, somente três delas ofereceram a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos de 2017, 2018 e 2019. Duas delas são escolas estaduais e somente uma é da rede municipal.

Segundo as informações fornecidas por profissionais das secretarias das escolas, é importante lembrar que todas tiveram seus cursos no período noturno, em período semestral e as séries são denominadas por Termos.

Essa pesquisa voltou-se para as três instituições que ofereceram a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos vários segmentos, 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos anos de 2017, 2018 e 2019.

A partir de procedimentos baseados em aplicação de questionários, procuramos colher informações, nas três escolas, sobre a EJA. Na pesquisa, optou-se por resguardar os nomes das instituições preservando suas identidades. Dessa maneira, utilizamos a denominação de Escolas “A”, “B” e “C”.

O questionário buscou levantar, nos respectivos anos de 2017 a 2019, os seguintes aspectos: total de alunos matriculados, aprovados, reprovados, transferidos e total de alunos evadidos.

4.3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

As tabelas abaixo mostram os referidos dados das turmas do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas A, B e C do município de Ibitinga. Cabe destacar que os dados foram informados pelos funcionários das secretarias das escolas A, B e C.

4.3.1 Escola A

A Escola A atendeu nos anos de 2017 a 2019 os três segmentos da EJA: Fundamental 1º ao 5º Ano, Fundamental 6º ao 9º Ano e Ensino Médio.

TABELA 1. EJA - 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental

Ano	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	42	100%	23	55%	14	33%	0	0%	5	12%
2018	30	100%	19	63%	11	37%	0	0%	0	0%
2019	61	100%	18	29%	6	10%	0	0%	37	61%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Podemos analisar, na tabela acima, que o total de alunos matriculados nos três anos foi de 133 alunos. Desse total, 60 alunos conquistaram a aprovação (45%), ao final dos anos letivos, 31 alunos (23%) foram reprovados e nenhum aluno foi transferido. Dos 133 alunos matriculados nos três anos, 42 (32%) evadiram.

Considerando o total de 42 alunos que abandonaram o curso, chama a atenção o índice de 2019, com 61% de evasão, comparado com 2018 que foi zero e com 2017 que foram 5 alunos. A porcentagem de evasão em 2019 chegou a 61% e a média dos três anos correspondeu a 24%.

TABELA 2. EJA – 6° AO 9° Ano do Ensino Fundamental

	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	56	100%	52	93%	4	7%	0	0%	0	0%
2018	39	100%	39	100%	0	0%	0	0%	0	0%
2019	119	100%	66	55%	15	13%	0	0%	38	32%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

A Tabela 2 apresenta informações do segmento 6° ao 9° Ano da EJA nos mesmos anos de 2017 a 2019. Como podemos analisar, foram matriculados 214 alunos. Desses, 157 (73%) foram aprovados, 19 alunos (9%) foram reprovados e nenhum transferido para outra unidade escolar. Dos 214 alunos matriculados, 38 deles (18%) evadiram, sendo que o índice de abandono caracterizou-se somente no ano de 2019.

Comparando as Tabelas 1 e 2, o ano de 2019 se destaca com altos índices de evasão; 61% (1° ao 5° Ano) e 32% (6° ao 9° Ano).

Também foi possível analisar que os índices de evasão são maiores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

TABELA 3. EJA – Ensino Médio

Ano	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	66	100%	49	74%	8	12%	0	0%	9	14%
2018	184	100%	150	81,5%	33	18%	1	0,5%	0	0%
2019	32	100%	30	94%	0	0%	0	0%	2	6%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Na tabela acima, os dados demonstram que o total de alunos matriculados nos três anos totalizou 282. Desse total, 229 alunos (81,2%) foram aprovados, 41

alunos (14,5%) foram reprovados e 1 (0,5%) foi transferido. Com relação à evasão, somente 11 alunos (3,8%) desistiram de estudar. A porcentagem média de alunos evadidos nos três anos corresponde a 6,6%.

Diferentemente dos segmentos anteriores, o Ensino Médio (EJA) não apresentou alto índice de evasão no ano de 2019.

4.3.2 Escola B

A Escola B atendeu nos anos de 2017 a 2019 somente o segmento EJA – Ensino Médio.

TABELA 4. EJA – Ensino Médio

Ano	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	174	100%	138	79,3%	16	9,1%	3	1,7%	17	9,9%
2018	263	100%	183	69,6%	59	22,5%	6	2,3%	15	5,6%
2019	113	100%	91	80,5%	21	18,6%	1	0,9%	0	0%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

É possível analisar que na Escola B, em todos os anos, houve um grande número de alunos matriculados, sendo o maior em 2018, totalizando 550 matrículas. O total de alunos aprovados nos três anos foi de 412 (75%). Os reprovados foram 96 alunos (17%) e os transferidos foram 10 (2%).

Com relação aos evadidos foram 32 alunos (6%). Percebe-se que, nesta escola, os índices de evasão foram caindo no decorrer dos anos, 9,9% em 2017, 5,6% em 2018 e 0% em 2019. A porcentagem média de evasão nos três anos foi de 5,1%.

4.3.3 Escola C

Como demonstram as tabelas abaixo, a Escola C não atendeu nos anos de 2017 a 2019 o segmento 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

Nos três anos houve atendimento do segmento 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental e somente em 2019, a escola ofereceu o segmento Ensino Médio.

TABELA 5. EJA – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental

Ano	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	222	100%	118	53%	63	28,5%	1	0,5%	40	18%
2018	226	100%	107	47,4%	110	48,6%	9	4,0%	0	0%
2019	172	100%	80	46,5%	23	13,5%	12	6,9%	57	33,1%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

A tabela 5, que corresponde à EJA do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental da Escola C, teve um total de 620 alunos matriculados nos três anos. Desse total, 305 alunos (49%) foram aprovados e 196 (32%) foram reprovados. Do total de alunos, 22 (3,5%) foram transferidos e 97 (15,5%) evadiram nos três anos. A porcentagem média de evasão foi de 17%.

TABELA 6. EJA – Ensino Médio

Ano	Total de Alunos Matriculados		Total de Alunos Aprovados		Total de Alunos Reprovados		Total de Alunos Transferidos		Total de Alunos Evadidos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2019	144	100%	106	74%	13	9%	0	0%	25	17%

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

A tabela 6 apresenta dados do Ensino Médio somente no ano de 2019 da Escola C, pois a instituição não trabalhou com esse segmento nos anos de 2017 e 2018.

Foi possível analisar que houve um grande número de alunos aprovados. Foram 106 (74%) do total de 144 matriculados, 13 alunos foram reprovados (9%), nenhum aluno foi transferido e 25 alunos (17%) evadiram.

Analizando somente os índices de evasão escolar é possível considerar que:

- Somente uma escola (Escola A) atendeu nos anos de 2017 a 2019 a EJA do 1º ao 5º Ano. A porcentagem média de evasão foi de 24%, mas, no ano de 2019, 61% dos alunos matriculados evadiram.
- Duas escolas atenderam nos três anos a EJA de 6º ao 9º Ano. A Escola A apresentou evasão somente em 2019, 32% de alunos e a Escola B apresentou 17%, em média, de evasão nos três anos.
- As Escolas A, B e C atenderam a EJA no Ensino Médio. A Escola A apresentou, em média, 6,6% de evasão nos três anos. A Escola B apresentou a média de 5,1% e a Escola C 17% de evasão em 2019, uma vez que não atendeu esse segmento nos anos de 2017 e 2018.

Percebe-se que, na cidade de Ibitinga, não só os índices de evasão são significativos como também os índices de reprovação.

Somando todos os alunos da EJA, dos três segmentos, matriculados nos anos de 2017 a 2019 nas três escolas, totalizaram 1628 alunos. Desse total, 245 (15%) evadiram no espaço de tempo pesquisado.

Entretanto, um outro dado chamou a atenção após a análise. Dos 1628 alunos matriculados nas três escolas, nos três últimos anos e nos três segmentos, 396 alunos, ou melhor, 24% foram reprovados.

Considerando o número de evadidos 245 (15%) e o de reprovados 396 (24%), concluiu-se que dos 1628 alunos, tivemos um total de 641 (39%) que não tiveram êxito na escolaridade, caracterizando assim um fracasso escolar.

5 METODOLOGIA

Esta parte do trabalho apresenta a metodologia utilizada para a realização desta monografia. Para Fonseca (2002), *metodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Para desenvolver o trabalho foi necessário pesquisar e para compreender essa ação buscamos a fundamentação em Gil (2007), que define a pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

Como procedimento realizamos uma pesquisa bibliográfica com o intuito de buscar informações fundamentadas em livros, artigos e trabalhos acadêmicos, tais como teses, dissertações e monografias. Os capítulos 1, 2 e 3, mais especificamente, foram construídos a partir desses estudos bibliográficos por meio da seleção de livros e artigos científicos de fontes confiáveis.

Para um melhor entendimento, Gil (2010) explica claramente a principal finalidade da pesquisa bibliográfica, ele diz que ela é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Ele completa dizendo que, praticamente, toda pesquisa acadêmica requer o uso de pesquisa bibliográfica em algum momento do trabalho.

Nessa monografia, o método utilizado para realização da pesquisa foi a abordagem quantitativa e qualitativa.

A pesquisa quantitativa, segundo Richardson, “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto das modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.” (Richardson, 1999, p. 70). São mais

adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos estruturados (questionários). Devem ser representativas de um determinado universo de modo que seus dados possam ser generalizados e projetados para aquele universo. Seu objetivo é permitir o teste de hipóteses, já que os resultados são mais concretos e, conseqüentemente, menos passíveis de erros de interpretação. (RICHARDSON, 1999). A pesquisa qualitativa tratou da análise dos dados levantados a partir do questionário,

O capítulo 4 trata de um levantamento de dados que tem como intuito atingir um dos objetivos da pesquisa que é conhecer os índices de evasão na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Ibitinga.

Inicialmente foi realizado um levantamento sobre quais escolas do município de Ibitinga trabalharam com a Educação de Jovens e Adultos nos anos de 2017 a 2019. Esse processo foi feito por meio de telefonemas às secretarias das escolas.

A partir da informação de quais escolas atenderam a modalidade EJA, foi utilizado, como instrumento de coleta, um impresso contendo tabelas com campos a serem preenchidos: total de alunos matriculados, aprovados, reprovados, transferidos e evadidos. O impresso, que foi entregue nas secretarias da escola, após autorização dos gestores, teve um prazo para ser recolhido. Os nomes das escolas foram resguardados e assim foram denominadas como Escola A, Escola B e Escola C.

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa foi a de análise e interpretação desses dados. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Para finalizar, ressaltamos os resultados da pesquisa levando em consideração todas as informações bibliográficas e os dados contidos nas tabelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho apresentado, foi possível compreender, a partir da história da Educação de Jovens e Adultos, seus avanços e retrocessos ao longo do tempo, bem como as legislações que embasam a modalidade.

Atualmente, há a preocupação em se estabelecer uma organização para a modalidade Educação de Jovens e Adultos, principalmente, referentes às regulamentações quanto à duração, idade e exames possíveis para esse curso. A EJA está inserida nas orientações para a educação básica.

O Estado de São Paulo, no que diz respeito à modalidade EJA, tem adequado a política para a educação de jovens e adultos a partir das orientações do Ministério da Educação.

No Brasil, o INAF é um importante indicador que retrata níveis de alfabetismo do país, por meio de pesquisas. Por meio de seus resultados, pode-se refletir sobre o sentido que a educação formal pode adquirir para jovens e adultos, sendo possível realizar algumas inferências sobre a própria construção de currículos e propostas de aprendizagem para esse grupo.

Percebe-se que somente após a Constituição de 1988, as legislações e orientações são direcionadas para a organização da Educação de Jovens e Adultos, no entanto tudo isso não foi o suficiente para produzir mudanças significativas, pois em nosso país essa modalidade é marcada por altos índices de evasão escolar, em que o jovem ou adulto abandona os estudos pelos mais diversos fatores, caracterizando assim, o fracasso escolar nessa modalidade.

Com relação à pesquisa realizada nas escolas da cidade de Ibitinga, que ofereceram essa modalidade nos anos de 2017, 2018 e 2019, foi possível constatar que não só os índices de evasão são significativos, como também os índices de reprovação, este sendo maior que o primeiro.

Conclui-se que, em nosso município, o número de alunos dessa modalidade que não tiveram êxito na escolaridade é bastante preocupante, uma vez que isso caracteriza o fracasso escolar.

Partindo da ideia de que todo conhecimento é provisório e pode ser ampliado, deixamos sugestões para outras pesquisas sobre o tema Educação de Jovens e adultos: Quais são as possíveis causas da evasão e reprovação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do município de Ibitinga? Como as escolas organizam a Proposta Pedagógica para esta modalidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf): **Pesquisa gera conhecimento: o conhecimento transforma**. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. p.4-6. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-ResultadosPreliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

AMARAL, L. A.; COSTA, L. R. **Causas e Consequências da Evasão Escolar no Ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal “Ezequiel Alves dos Ramos”** – Tailândia/PA. 2005. Disponível em <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4434/1/MD_EDUMTE_2014_2_74.pdf> Acesso em: 07 set. 2020.

ALMEIDA, Noemi, OLIVEIRA, Rita. **EVASÃO NA EJA: possibilidades de enfrentamento ao abandono escolar**. Paraná, 2016. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uepg_noemiguedindealmeida.pdf> Acesso em: 07 set. 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Encceja**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/encceja>>. Acesso em : 02 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes para Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica#:~:text=Parecer%20CNE%2FCEB%20n%C2%BA%2041%2F2002%2C%20a%20provado%20em%202002,na%20etapa%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CAVALCANTI, Márcia Molina, MOURA, Johnson Pontes. **Estudo da Política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. p. 05-10. s/d. Disponível em:<<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj029585.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. As noções de erro e fracasso no contexto escolar: **algumas considerações preliminares**. In: AQUINO, Julio Groppa. Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998. (38a impressão).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)**. Disponível em: <<https://ipm.org.br/inaf>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Ibitinga no último censo**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ibitinga/panorama>> Acesso em : 20 agos.2020.

JESUS. A produção do fracasso escolar: **apontamentos acerca do erro e resiliência no contexto educacional**. Disponível em:<<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/APRENDIZAGEM%20E%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO/A%20PRODUCAO%20DO%20FRACASSO%20ESCOLAR%20APONTAMENTOS%20ACERCA%20DO%20ERRO%20E%20RESILIENCIA%20NO%20CONTEXTO%20EDUCACIONAL.pdf>> Acesso em: 09 out. 2020.

LAIBIDA, Vera, PRYJMA, Marielda. Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): **professores voltados na permanência do aluno na escola**. Paraná, 2013. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_ped_artigo_vera_lucia_bortoletto_laibida.pdf>. Acesso em : 20 ago.2020.

MACHADO, Adriana Marcondes. As noções de erro e fracasso no contexto escolar: **algumas considerações preliminares**. In: AQUINO, Julio Groppa. Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

Richardson, R. J. (et. al.) (1999). Pesquisa social: **métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. Disponível em:< www.ibope.com.br/calandra>. Acesso em: 20 out. 2020.

SERGIO, Haddad and DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14, pp.108-130. ISSN 1413-2478.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p.49-59, jun.2010.Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SÃO PAULO, Secretaria do Estado da Educação.**Educação para Jovens e Adultos.** Disponível em: < <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-jovens-adultos/> >.Acesso em : 02 abr. 2020.

SÃO PAULO, Biblioteca Virtual. **Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: < <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/educacao/educacao-de-jovens-e-adultos.php>>. Acesso em : 02 abr. 2020.

SÃO PAULO, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Ibitinga - capital nacional do bordado.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=286350>>. Acesso em : 20 agos.2020.

SILVA, Francisca. **Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da eja e quais suas expectativas na sala de aula.** João Pessoa, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11227/1/FVS30052018.pdf>>Acesso em:07 out. 2020.

SILVA, Juçara. Evasão Escolar na EJA: **Um Estudo de Caso na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Deputado João Fernandes de Lima.** João Pessoa, 2014. Disponível em:<<http://dspace.bc.ueb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5428/1/PDF%20-%20Ju%C3%A7ara%20Maria%20de%20Fran%C3%A7a%20Silva.pdf>> Acesso em:07 out. 2020.

SIMÕES, Renata. Evasão e permanência na Educação de Jovens e Adultos: **o papel da escola nesses processos.** 2017. Disponível em:<<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/evasao-e-permanencia-na-educacao-de-jovens-e-adultos-o-papel-da-escola-nesses-processos/>> Acesso em:07 out. 2020.

ZUCCO, Ana Cristina, GARCIA, Bianca Nunes. Educação de Jovens e Adultos: **Breve Histórico do Brasil- Colônia à Atualidade.** 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE – A



LEVANTAMENTO DE DADOS NAS ESCOLAS

As alunas Juliana Caetano Silva da Costa e Suelem Aparecida de Folco, matriculadas no 4º Ano do curso de Pedagogia (FAIBI), estão realizando uma pesquisa sobre Evasão Escolar e Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso que será apresentado ao final do ano de 2020 e que tem como Orientadora a Prof.^a Ma. Maria Inês Miqueleto.

Diante do exposto, solicita-se alguns dados para contribuírem com a pesquisa bibliográfica que já está concluída.

Cabe destacar que no trabalho não constará o nome da escola e sim um nome fictício.

